



**CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**BIÊNIO 2025 / 2026**

**PARECER JURIDICO – 082**  
**ID Nº 187.471**

**PROCESSO Nº:** 328/2026

**PROTOCOLO Nº:** 646/2026

**AUTOR:** CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

**ASSUNTO:** PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 43/2026

**EMENTA:** AUTORIZA O PODER EXECUTIVO TRANSFERIR RECURSOS FINANCEIROS, MEDIANTE CELEBRAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO COM A OSC “LAR IRMÃ SCHEILLA” DE COLATINA/ES

**ID:** 25.399

**EMENTA:** Processo Nº 328/2026 – Protocolo 646/2026 - PLO nº 043/2026 - AUTORIZA O PODER EXECUTIVO TRANSFERIR RECURSOS FINANCEIROS, MEDIANTE CELEBRAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO COM A OSC “LAR IRMÃ SCHEILLA” DE COLATINA/ES - Aatoria Chefe do Poder Executivo Municipal – ID Nº 25.399.

### **1)- RELATÓRIO**

Trata-se de solicitação de parecer jurídico acerca do Projeto de Lei nº 43/2026, de iniciativa do Chefe do Poder Executivo Municipal, que visa autorizar a transferência de recursos financeiros no valor de R\$ 216.000,00 (Duzentos e dezesseis mil reais), mediante apuração de valor do exercício financeiro de 2026, para a OSC “LAR IRMÃ SCHEILLA” DE COLATINA/ES, nos termos da Lei nº 13.019/2014.

A proposta estabelece ainda regras para prestação de contas, condiciona o repasse à regularidade fiscal da entidade e indica a dotação orçamentária correspondente.

Juntamente com a proposição vem os seguintes documentos:

- Proposição;
- Mensagem Justificativa;
- Plano de Trabalho;
- Ofício SEMASC nº 000351/2026, solicitando elaboração do TC para o repasse financeiro;
- Manifestação da Controladoria Municipal;
- Parecer da Comissão Técnica;
- OF/Gabinete do Prefeito/Nº 232/2026
- Despacho do presidente da Câmara conhecendo a matéria e encaminhando a este departamento para análise;

É o relatório.

### **2) ANALISE**

Inicialmente insta destacar que o exame desta Assessoria Jurídica se cinge tão-somente nos termos da nossa competência legal jurídica, a qual nos norteia como base nas documentações acostada e a manifestação gestora, razão pela qual não se incursiona em mérito de discussões de ordem técnica e juízo de mérito sobre o tema trazido à apreciação, sendo essa de exclusiva responsabilidade das Comissões temáticas e do soberano Plenário.

### **3) FUNDAMENTAÇÃO**

#### **3.1). Competência e autonomia Municipal - Iniciativa**

No aspecto, da constitucionalidade de competência de interesse local, a matéria encontra amparo nos dispositivos do **artigo 30, inciso I** da Constituição da República Federal do Brasil, **artigo 28, inciso I** da Constituição do Estado do Espírito Santo e **artigo 8º, inciso I** da Lei Orgânica Municipal e trata-se de proposição de iniciativa concorrente.





**CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**BIÊNIO 2025 / 2026**

---

**Art. 30º.** Compete aos Municípios:

I - Legislar sobre assuntos de interesse local;

**Art. 28º.** Compete ao Município:

I - Legislar sobre assunto de interesse local;

**Art. 8º** - Compete ao Município:

I - Legislar sobre assunto de interesse local;

A iniciativa do projeto é **privativa do Chefe do Executivo**, conforme entendimento pacífico, sob este aspecto o artigo 61, § 1º, II, "a", da Constituição federal é aplicável por simetria, já existindo doutrina sobre a matéria onde citamos **Hely Lopes Meirelles**, que estabelece que a criação, estruturação e remuneração de cargos públicos é matéria típica do Executivo. Portanto, **não há vício de iniciativa**.

### **3.2). Natureza jurídica do repasse**

O projeto prevê a celebração de Termo de Fomento, instrumento adequado, quando a iniciativa parte da Administração Pública para apoio a atividades de interesse público desenvolvidas por organizações da sociedade civil.

Nos termos do artigo 2º, VIII, da Lei nº 13.019/2014, o Termo de fomento é o instrumento por meio do qual são formalizadas parcerias propostas pela Administração Pública com organizações da sociedade civil.

**Art. 2º** - Para os fins desta Lei, considera-se:

**VIII** - termo de fomento: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros

### **3.3). Prestação de contas e controle**

O projeto corretamente prevê prestação de contas, o que é indispensável para garantir: transparência; legalidade, e, controle pelo Tribunal de Contas.

Segundo **Miguel Reale**, a legalidade administrativa deve estar associada à finalidade pública e ao controle dos atos estatais.

A princípio com exposição documental, o projeto observa corretamente, quanto exigência de prestação de contas; vinculação ao instrumento jurídico adequado e a finalidade pública, previsto no artigo 63 e seguintes da lei 13.019/104.

**Art. 63.** A prestação de contas deverá ser feita observando-se as regras previstas nesta Lei, além de prazos e normas de elaboração constantes do instrumento de parceria e do plano de trabalho.

### **3.4). Interesse público**

A destinação do recurso a ser repassado tem por finalidade no desenvolvimento das relevantes atividades voltadas,

O objetivo do repasse financeiro por meio de TC, é no sentido de formalizar parceria com a referida organização da sociedade civil, cuja iniciativa do repasse, busca contribuir para a manutenção dos serviços de acolhimento institucional prestados pela entidade, os quais atendem, de forma contínua, demandas sociais, inclusive provenientes do Município de Marilândia. A parceria garantirá a continuidade e a melhoria da oferta de 06 (seis) vagas destinadas a crianças e adolescentes com idade entre 04 (quatro) e 12 (doze) anos, em regime de acolhimento institucional, assegurando a oferta de assistência integral, incluindo alimentação, educação, acompanhamento em saúde e demais cuidados indispensáveis à **proteção e ao desenvolvimento dos usuários atendidos.**





**CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**BIÊNIO 2025 / 2026**

O STF já reconheceu a legitimidade de parcerias com entidades privadas para execução de políticas públicas: "É constitucional a colaboração do Estado com entidades privadas sem fins lucrativos para a consecução de fins públicos." (STF, ADI 1923)

**3.5) Análise de constitucionalidade**

Não se vislumbra inconstitucionalidade material ou formal.

Formal:

- iniciativa correta;
- competência adequada.

Material:

- Não viola princípios constitucionais.

A proposta está alinhada aos princípios da Administração Pública, ficando o Poder Executivo Municipal por seu chefe, desta forma não se verifica: Vício de iniciativa; Ofensa à separação dos poderes;

O Chefe do Poder Executivo justifica a necessidade o qual transcrevo:

(...)

Submeto a apreciação desta augusta Câmara Municipal o incluso Projeto de Lei que AUTORIZA O PODER EXECUTIVO TRANSFERIR RECURSOS FINANCEIROS, MEDIANTE CELEBRAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO COM A OSC "LAR IRMÃ SCHELLA" EM COLATINA/ES.

A presente proposição tem como origem o Processo Administrativo nº 3120/2026, que acompanha esta mensagem com os documentos comprobatórios necessários, demonstrando a regularidade da entidade proponente e a pertinência da parceria pretendida.

O objetivo é formalizar parceria com a referida organização da sociedade civil por meio de Termo de Colaboração, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 – Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC). A iniciativa busca contribuir para a manutenção dos serviços de acolhimento institucional prestados pela entidade, os quais atendem, de forma contínua, demandas sociais, inclusive provenientes do Município de Marilândia. A parceria garantirá a continuidade e a melhoria da oferta de 06 (seis) vagas destinadas a crianças e adolescentes com idade entre 04 (quatro) e 12 (doze) anos, em regime de acolhimento institucional, assegurando a oferta de assistência integral, incluindo alimentação, educação, acompanhamento em saúde e demais cuidados indispensáveis à proteção e ao desenvolvimento dos usuários atendidos.

A transferência dos recursos será realizada em parcelas mensais, mediante a observância das exigências legais, especialmente quanto à apresentação de prestação de contas e à regularidade fiscal da entidade junto ao INSS, FGTS e ao próprio erário municipal, como forma de garantir a responsabilidade na aplicação dos recursos públicos. (...)





**CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
BIÊNIO 2025 / 2026

**3.6). Aspectos orçamentários e Lei de Responsabilidade Fiscal**

O art. 3º do projeto prevê que as despesas correrão por dotação própria, o que atende ao artigo 167, II, da Constituição Federal.

Contudo, recomenda-se atenção aos seguintes pontos da Lei de Responsabilidade Fiscal:

- existência de dotação específica;
- compatibilidade com a LOA, LDO e PPA;
- eventual caracterização como subvenção social, exigindo cumprimento dos artigos 16 e 17 da LRF (estimativa de impacto orçamentário-financeiro, se aplicável).

O STJ já consolidou entendimento quanto à necessidade de controle: "A transferência de recursos públicos a entidades privadas exige estrita observância das normas de responsabilidade fiscal e prestação de contas." (STJ, RMS 34.203)

**3.7). Requisitos formais da entidade beneficiária**

O artigo 2º do projeto exige que para o recebimento do repasse a entidade beneficiada "LAR IRMÃ SCHELLA" DE COLATINA/ES, deve estar quites com o INSS, FGTS, Justiça do Trabalho, Receita Estadual e com o erário municipal., o que está em consonância com o artigo 195, §3º da Constituição Federal, bem como a exigências da Lei nº 13.019/2014.

**Art. 195.** A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

**§ 3º** A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

Em observância devida aos autos denotamos que foram anexadas aos autos o plano de Trabalho, os quais exigidos por lei para a contratação entre a Administração pública.

**4) - DA TRAMITAÇÃO DA PROPOSIÇÃO**

Quanto a tramitação da proposição, estas estão estampadas no Regimento Interno desta Casa, artigos 192, 193, 196 e artigo 177 todos da Resolução nº 97 de 14 de novembro de 2023.

**Art. 192.** Recebida qualquer proposição escrita, será encaminhada ao Presidente da Câmara, que determinará a sua tramitação no prazo máximo de 03 (três) dias, observado o disposto neste Capítulo.

**Art. 193.** Quando a proposição consistir em projeto de lei, de decreto legislativo, de resolução ou de projeto substitutivo, uma vez lida pelo Secretário durante o expediente, será encaminhada ao Presidente de cada comissão competente para os pareceres técnicos.

**Art. 196.** Os pareceres das Comissões Permanentes serão obrigatoriamente incluídos na ordem do dia em que serão apreciadas as proposições a que se referem.

**Art. 177.** Parecer é o pronunciamento por escrito de comissão permanente sobre a matéria que lhe haja sido regimentalmente distribuída.





**CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**BIÊNIO 2025 / 2026**

Por outro, não podemos escoimar a responsabilidade das comissões permanentes as quais compõem este Poder Legislativo, quanto suas atribuições, neste contexto, especificamente nas análises das proposições.

**Art. 49.** As comissões são órgãos técnicos compostos de 3 (três) Vereadores, com finalidades de examinar a matéria de sua finalidade e em tramitação no Poder Legislativo Municipal, emitir parecer sobre esta, ou proceder a estudos sobre assuntos de natureza essencial ou, ainda, de investigar fatos determinados de interesse da administração, e serão permanentes ou temporárias.

**Art. 55.** As reuniões das comissões permanentes acontecerão de acordo com ato expedido pelo presidente da comissão, e observará os seguintes preceitos:

I - as reuniões serão públicas e serão marcadas em dias e horários que não interfiram nos trabalhos das sessões plenárias e das demais comissões;

Nesta esteira de raciocínio, advertimos aos presidentes das comissões temáticas, quanto seus deveres e obrigações na tramitação das proposições em suas responsabilidades, como previsto no artigo 55 do Regimento Interno Cameral, acima transcrito, em especial atenção, ao que preleciona o inciso III, letras "a", "b" e "c", inciso IV, §7º e 8º.

**Art. 55 (...)**

I - (...)

III - prazo de 10 (dez) dias para apreciação de matéria posto ao conhecimento da comissão, prorrogável por mais cinco dias por decisão do presidente da comissão, sendo observados quanto aos prazos:

**a)** prazo de 2 (dois) dias para que o Presidente da Comissão encaminhe o relatório da matéria submetida ao seu exame;

**b)** prazo comum de 6 (seis) dias para que os demais membros apresentem parecer, prorrogáveis, uma única vez, por mais dois dias úteis, desde que devidamente fundamentado;

**c)** prazo de 3 (três) dias para vista de membro da comissão, solicitada exclusivamente em reunião, por uma única vez;

**IV** - os prazos constantes no inciso anterior e suas alíneas serão contados a partir do recebimento da matéria pela comissão.

**§ 7º** O prazo previsto neste artigo é contado da data em que a matéria der entrada na comissão.

**§ 8º** Findo o prazo, a matéria deverá ser encaminhada à comissão que deve pronunciar-se em sequência, ou à Presidência, se for o caso, com ou sem parecer.

Noutra sorte, pelo entendimento dado pelo caput do artigo 56, as comissões salvo interesse justificado poderão realizar reuniões conjuntamente, observado o que dispõe ainda a letra "c" do mesmo dispositivo.

**Art. 56.** Mediante acordo entre as comissões, em caso de interesse justificado, as comissões permanentes poderão realizar reuniões conjuntas, mesmo não sendo requerida a urgência, observando-se:





**CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**BIÊNIO 2025 / 2026**

---

- a)** quando qualquer proposição for distribuída a mais de uma comissão, cada qual dará seu parecer separadamente, ouvida em primeiro lugar a Comissão de Legislação, Justiça e Redação final;
- c)** nas reuniões conjuntas das comissões, será verificado o quórum de maioria absoluta dos membros de cada uma separadamente, devendo ser observado o prazo comum de 15 (quinze) dias para a emissão dos pareceres.

**5 – CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opino pela constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 43/2026 em que **AUTORIZA O PODER EXECUTIVO TRANSFERIR RECURSOS FINANCEIROS, MEDIANTE CELEBRAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO COM A OSC "LAR IRMÃ SCHEILLA" DE COLATINA/ES.**

**RECOMENDA-SE:** a exigência da prestação de contas em conformidade ao Plano de Trabalho, conforme previsto no artigo 63 e seguintes da lei 13.019/104.

Quanto mérito, deixamos de se pronunciar, sendo essa competência exclusiva das Comissões Temáticas e do Soberano Plenário desta Augusta Casa de Leis.

S.M.J. esse é nosso parecer.

Marilândia/ES, 20 de maio de 2026.

Jaciano Vago  
Assessor Jurídico



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://marilandia.splonline.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 310031003500310033003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **JACIANO VAGO** em **20/05/2026 14:56**

Checksum: **904F25A792AF0FD50D0DC03D6700F2439724E7524F71C35D98ED7EF50A9B9D42**

